



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007076-87.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inadimplemento**  
 Requerente: **Petronac - Distribuidora Nacional de Derivados de Petróleo e Álcool S/A**  
 Requerido: **Carlos Thiago Soares**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Petronac Distribuidora Nacional de Derivados de Petróleo e Álcool Ltda. propôs a presente ação contra o réu Carlos Thiago Soares, requerendo a condenação deste no pagamento da quantia de R\$ 46.267,98, em razão do inadimplemento por parte do réu de um total de 11 parcelas que se obrigou a pagar por força de um instrumento de confissão de dívida, originada pela aquisição de combustíveis.

O réu foi citado pessoalmente às folhas 50, todavia, não ofereceu resposta (folhas 52), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

O Termo de Confissão de Dívida com Fiança e Promessa de Pagamento, colacionado pela autora, confirma as alegações deduzidas na inicial (**confira folhas 38/42**).

Não há como impor à autora a produção de prova negativa de que não recebeu os valores alegados na inicial. Inteligência do artigo 319 do Código Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O réu, citado pessoalmente, não ofereceu resistência, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados pela autora, nos termos do artigo 319 do Código de Processo Civil.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 46.267,98, devidamente atualizada e acrescida de juros de mora a partir da planilha de folhas 43. Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de novembro de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**